

OITS Américas: Encontro de Turismo Social em San José, Costa Rica¹

Por Érica Schenkel² | Alba Sud

De 12 a 15 de junho foi realizado em San José o último encontro da OITS Américas. Um bom motivo para rever o desenvolvimento do turismo social no continente americano e a ação impulsionada por esta entidade desde sua criação em 1996.



¹ Artigo publicado em 23 de julho de 2019 no site Alba Sud – Comunicação e Pesquisa para o Desenvolvimento (www.albasud.org). O artigo assinado não reflete necessariamente a opinião da OITS Américas. | Redigido originalmente em espanhol. Tradução de Global Translations.BR

² Érica Schenkel é Doutora em Ciências Sociais com ênfase em Ciências Políticas e Administração Pública da Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza (Argentina). Bacharel em Turismo pela Universidad Nacional del Sur. Participa de diferentes projetos de pesquisa relacionados ao turismo e seus aspectos políticos e socioeconômicos. É membro da Aliança de Formação e Pesquisa em Turismo Social e Solidário da OITS.

Aproveitando a realização do seu último Encontro em San José, de 12 a 15 de junho de 2019, este artigo aborda o trabalho da OITS Américas, uma entidade que soube construir um destacado protagonismo no continente, integrando um diverso leque de atores públicos e privados que convergem para a criação da agenda de turismo social para a região. Como se contextualiza a chegada da OITS, anteriormente BITS, à região? Quais são suas bases fundacionais? Que entidades a integram? Quais são seus principais desafios para o futuro?

Origens da OITS Américas

A pouco mais de três décadas da criação do então Bureau Internacional de Turismo Social – BITS (que depois passaria a se chamar Organização Internacional de Turismo Social - OITS) em Bruxelas, e oito anos antes de ser fundada sua congênere na África, o BITS Américas surge como Secretaria para o continente no ano 1996. A Assembleia que lhe deu origem foi a mesma que sancionou a reconhecida Declaração de Montreal (“Por uma visão humanista e social do turismo”), o primeiro documento de natureza institucional que alerta para a necessidade de ampliação do conceito de turismo social para além do acesso (BITS, 1996).

Embora o turismo social já estivesse há tempos em processo de desenvolvimento na região, a chegada do BITS ao continente permitiu a estas experiências locais se articular e se projetar no cenário internacional. Atualmente, é o principal órgão dedicado à promoção, coordenação e intercâmbio em matéria de turismo social, reunindo mais de trinta entidades-membro que assumem a complexa missão de centralizar a abordagem do turismo social como questão regional. Entre as atividades que implementa, destacam-se os Encontros das Américas, o último deles foi realizado em junho passado, em San José, Costa Rica.

Declaração de Montreal: as bases fundacionais

A Declaração de Montreal foi sancionada na primeira Assembleia Geral realizada no continente, no dia 12 de setembro de 1996. Na ocasião, diante dos mais evidentes impactos do turismo de massa, a OITS reconhece pela primeira vez em um documento institucional que a valiosa procura por um acesso mais equitativo ao turismo não podia mais ignorar o impacto que a expansão das atividades estava provocando nas comunidades de destino. O pleno vigor que apresenta parte de seus postulados é digno de uma breve referência.



Assembleia Geral de sócios das Américas. Fonte: OITS

Reivindicando a região à qual deveria aspirar qualquer desenvolvimento turístico, a Declaração começa fazendo menção ao fato de que os benefícios atrelados à atividade devem, antes de qualquer outro fim, contribuir para o desenvolvimento social e econômico das regiões e suas populações, gerando emprego e, ao mesmo tempo, garantindo os direitos das pessoas que trabalham no setor (Artigo 6). Sustenta que o turismo não deverá ser pretexto para a invasão descontrolada de locais, nem para o enfraquecimento das culturas, nem para a exploração das populações” (Artigo 8). Destacando a responsabilidade das gerações atuais quanto aos limites do crescimento, afirma que o turismo social deve priorizar também a formação e conscientização dos visitantes sobre o respeito ao meio ambiente e às suas comunidades (Artigo 10).

Sob esta linha de argumentação, faz uma dura crítica ao capital turístico e adverte sobre a urgência de atores que, sob a égide do turismo social, nada mais fazem senão reproduzir aquelas más práticas. Neste cenário, traz uma série de critérios para diferenciar experiências de turismo social genuínas: (1) integrar objetivos humanistas, pedagógicos, culturais e de respeito e desenvolvimento das pessoas; (2) identificar destinatários sem discriminação racial, cultural, religiosa, política, filosófica ou social; (3) disponibilizar um valor agregado não econômico; (4) não perturbar o ambiente local; (5) especificar cuidadosamente os benefícios, para que os preços sejam compatíveis com os objetivos sociais previstos; (6) e respeitar a legislação trabalhista, incentivando a promoção dos trabalhadores e sua formação (Artigo 14).

A partir destes princípios, surge, talvez, sua contribuição mais notável, ao afirmar que não são os estatutos jurídicos ou os procedimentos utilizados os que legitimam os operadores turísticos como sociais, mas sim suas práticas quotidianas (Artigo 15). Tal questão alerta para o risco com que se depara o turismo social e seus principais atores responsáveis, diante do avanço do capital e suas estratégias de segmentação (em um mercado agora global e altamente competitivo), que configuram as valiosas causas da inclusão, a solidariedade e a sustentabilidade para os seus fins empresariais (Schenkel, 2019). Exercer esta função de controladoria voltada a diferenciar as experiências genuínas, que se desenvolvem sob os critérios identificados no artigo 14, daquelas que não o são, e permanecem como meras estratégias comerciais destinadas a consolidar margens de lucro, é talvez o grande desafio pendente. A complexa realidade atual indica que é preciso redobrar os esforços neste sentido.

O presente da OITS Américas

Prestes a completar vinte e três anos de história, a OITS Américas vem consolidando sua presença na região, que em abril de 2019 reúne trinta e seis membros em doze países. Como ocorre no âmbito internacional, a maioria dos seus membros (oito de cada dez) ingressaram nesta década, mostrando o crescente interesse que vem despertando o turismo social entre os atores turísticos nos últimos tempos, sejam estes públicos ou privados. Em tal sentido, merece destaque especial o caso do SESC São Paulo, que faz parte do BITS muito antes de a Secretaria ter chegado à América, no ano de 1980. A exceção dos membros canadenses, que em sua maioria são fundadores da instituição nos idos dos anos 90, todos os demais membros são latino-americanos, com sede na Bolívia (1), Brasil (6), Chile (3), Colômbia (1), Costa Rica (5), Guatemala (1), Haiti (1), Nicarágua (1), México (12), Paraguai (1), Peru (3) e República Dominicana (1) (Diretoria de Membros).

Os múltiplos objetivos que perseguem tais entidades mostram a complexidade que adquiriu o turismo social nestes pouco mais de vinte anos, coexistindo com os primeiros membros que surgem em prol da finalidade da fundação do BITS, à procura de uma maior equidade no acesso, com aqueles de ingresso mais recente, que se

manifestam em prol das valiosas causas da sustentabilidade. Isto explica o fato de que entre as diversas entidades-membro existam tanto organizações sem fins lucrativos, caixas familiares, sindicatos, fundações e cooperativas, como instituições educacionais, órgãos governamentais e agentes privados, entre estes últimos, comitê de empresas, operadores turísticos, câmaras setoriais e consultivas.

Como associações, quatro pertencem ao Serviço Social do Comércio – SESC do Brasil (Sesc São Paulo, Administração Nacional, membro desde 2010, e as sedes do Rio Grande e Minas Gerais, ambas desde 2014); cinco voltadas para o turismo comunitário, RED TUSOCO (2019) da Bolívia, ACHITUR (2017) do Chile, RENITURAL (2019) da Nicarágua e ACTUAR (2016) e COOPRENA (2015) da Costa Rica [1]; uma ao turismo acessível, Boa Paz, também da Costa Rica; um fundo familiar, COMFENALCO Antioquia (2016) da Colômbia; um sindicato, CASC (2015) da República Dominicana; e uma associação de turismo estudantil, INTEJ do Peru (2018). Como fundações, são membros País de Paz ORG (2017) da Costa Rica e Fundação Peruana de Turismo Social (2018); e como instituições educacionais, a Université Queensland (2014) do Haiti e a Escuela Superior de Turismo EST (2015) do México.



Seminário “Turismo e sustentabilidade: direitos, acesso e desafios atuais do Turismo Social”. Fonte: Fundação Peruana de Turismo Social.

Entre os atores governamentais, seis deles são de abrangência nacional: as Secretarias de Turismo do Chile (SERNATUR, 2016), Paraguai (SENATUR, 2012) e México (SECTUR), o Ministério de Comércio Exterior e Turismo do Peru (MINCETUR, 2016) e os Institutos de Turismo da Costa Rica (ICT, 2015) e Guatemala (INGUAT, 2015). Ao passo que outros cinco apresentam uma abrangência subnacional: as prefeituras de Puebla (2019) e Xalapa (2019), o município de León (2017) e as secretarias de turismo de Guanajuato (2014) e de Morelos (2013). Participa ainda o Conselho Intermunicipal Pró-Turismo de Morelos, México (2015).

Por último, como representantes do setor privado, quatro são operadores turísticos: Araribá Turismo & Cultura (2014), voltada para o turismo educativo, sustentável e comunitário, e Flanar (2015), especializada em viagens de grupos escolares e de adultos da terceira idade, ambas do Brasil; Grupo Novojet (2015) do Chile, atacadista focado na terceira idade; e Altamex (2002) do México, voltada para diferentes segmentos do mercado. A AMAV

Distrito Federal (2015) ingressou como associação de agências de viagem, e a CCC Consultores (2018), como consultora, ambas com sede no México.

Encontro das Américas de Turismo Social em San José

Como já havia ocorrido com o SESC São Paulo (Brasil) em 2011 e com a SERNATUR (Chile) em 2017, o Instituto Costa-riquenho de Turismo (ICT) foi o órgão anfitrião do Encontro das Américas, realizado em San José entre 12 e 15 de junho. Depois da realização da Assembleia Geral, na qual foram apresentadas as ações e atividades realizadas durante o ano de 2018, foi a vez do Seminário “Turismo e sustentabilidade: direitos, acesso e desafios atuais para do Turismo Social”, voltado para a divulgação daquelas boas práticas que estão sendo desenvolvidas na região em matéria de turismo social, solidário e sustentável.

O Seminário foi aberto com o painel de autoridades, especialmente com a palestra do Presidente da OITS Américas, Sergio Rodríguez, que abordou a situação do turismo social no continente; e, depois, com as intervenções da Ministra de Turismo da Costa Rica e Da Subsecretária de Turismo do Chile. Em seguida, foram apresentadas as palestras: “Turismo social com integridade: o modelo da Costa Rica”, sob o comando do ICT, e “A ética no turismo”, realizada pelo SESC São Paulo. As intervenções que se seguiram foram estruturadas a partir de três mesas de debates: “Direito ao turismo”, com representantes da Rede Costa-riquenho de Turismo Acessível, o Hospital México/Funcavida, o Instituto Guatemalteco de Turismo e a Secretaria do Estado de Morelos; “Acesso ao turismo”, integrada por membros do Departamento Nacional do SESC, do Hostelling International Canada e do Município de León; e, por último, “Desafios atuais do turismo social, a visão empresarial”, articulada por representantes do setor privado, o Grupo Novojet, Altamex, Anywhere e a Câmara de Turismo de Fortuna. As conclusões do Encontro ficaram a cargo de Alberto López Chaves, Gerente Geral da entidade anfitriã, cabendo a Verónica Gómez, Diretora da OITS América, ao final, dar os agradecimentos.



Palestra de Flávia R. Costa (Sesc em São Paulo). Fonte: Fundação Peruana de Turismo Social.

Fazendo um balanço, sem dúvidas um dos principais resultados que ficou do Encontro de San José foi a elaboração conjunta do Plano de Ação da OITS Américas 2019-2021. Entre as diretrizes de trabalho aparece a consolidação das atividades de formação sobre difusão e conscientização do turismo para todos; bem como a criação de uma série de indicadores sociais, econômicos, culturais e ambientais que permitam aproximar

informação empírica sobre as diferentes problemáticas relacionadas à sustentabilidade dos destinos e seu acesso em termos quantitativos e qualitativos (OITS, 2019).

Esta última diretriz, especificamente no que se refere às medições do turismo nacional, merece uma menção especial. Diferentemente do que ocorre em outros cenários internacionais, a preponderância que os governos latino-americanos deram ao turismo receptivo fez com que uma questão tão relevante como o turismo nacional fosse deixada de lado, mesmo na questão estatística. Os pouquíssimos dados relativos às práticas turísticas dos próprios residentes se limitam a registros esporádicos e, em muitos casos, limitados quanto à representatividade, ainda mais quando se trata do desafio de definir critérios comparativos entre países da região. Tais inconsistências levam à não diferenciação entre o turismo nacional e o interno, entre a viagem turística e a excursão, entre o exclusivo grupo de turistas (por sinal, minoritário) e o conjunto populacional, entre a variável viagens e as pessoas (registrando mais turistas que habitantes); e/ou, inclusive, levam a alterar o universo de interesse, chegando ao ponto de deixar de fora da medição a população rural ou em extrema pobreza, para atingir uma melhora nas medições. Estes limitadores, motivados pela falta de conhecimento específico ou simples imperícia, levam, em muitos casos, à invenção de interpretações absolutamente distantes da realidade.

Em pleno século XXI o sistema estatístico regional ainda não é capaz de dar uma resposta a perguntas tão básicas, como: Que percentual de residentes participa da prática turística? Quantos ficam excluídos? Quais são as principais barreiras de acesso? Como tal participação é afetada pela posição socioeconômica das pessoas? Qual a influência da condição de renda, raça e gênero? O quão representativo é o turismo como prática de lazer dos setores populares? Que lugar a recreação ocupa nestes setores?

Sem um sistema estatístico regional, homogêneo e periódico capaz de fornecer resposta a estas questões é muito difícil pensar em políticas de turismo social bem-sucedidas. Tal como ocorre com as medições do turismo receptivo há décadas, é preciso avançar em um sistema estatístico focado no turismo nacional, que forneça informação verídica aos tomadores de decisões. A inclusão desta demanda no Plano de Ações da OITS Américas 2019-2021 é um passo importante em tal sentido. A articulação que tal órgão mantém com diversos atores regionais relevantes na esfera governamental, econômica e social, o situa como um ator-chave para conduzir tal processo. Caso os governos consigam vislumbrar a importância de se incluir as práticas turísticas e o turismo social entre as variáveis de análise, as pesquisas nacionais relacionadas às despesas por lares, que muitos deles vêm implementando na região, serão uma ferramenta útil para começar a pensar este acompanhamento.

Observações:

[1] Apesar de continuar cadastrando entidades-membros, é importante assinalar que a ACTUAR deixou de funcionar nos últimos meses.

Este artigo é publicado no âmbito do projeto **“Fortalecer o critério de inclusão no turismo responsável: uma resposta aos desafios da Educação para a Justiça Global”**, realizado pela **Alba Sud** com o apoio da **Prefeitura de Barcelona** por meio do Programa de Educação para a Justiça Global (convocação 2018).